

Enquadramentos e usos sociais das memórias: por uma centralidade da ação indígena

João Pacheco de Oliveira MUSEU NACIONAL, PPGA | UFBA

Rita de Cássia Melo Santos PPGA | UFPB

Pablo Antunha Barbosa CFCHS | UFSB

O

s eventos e personagens históricos nunca se esgotam no preciso momento em que ocorrem e em que produzem seus efeitos sociais imediatos, diretamente pretendidos e identificáveis. Com o passar do tempo, por deixarem de ser acessíveis à experiência direta, eles são capturados por mediadores e formas de enunciação que lhes atribuem significados muitas vezes unívocos, mas também plurais, carregados de significados. No processo da narrativa oral, de tanto serem repetidas, essas interpretações se calcificam e se cristalizam nas memórias dos povos e das comunidades, compondo evidências trans-históricas e duráveis. Esse fenômeno é retroalimentado por usos contemporâneos do contar as histórias e, longe de serem ocorrências ao acaso ou “inocentes”, ensinam o que Walter Benjamin (1994) chamou de cortejo de vencedores das lutas sociais, formatando uma humanidade supostamente universal que é, no entanto, pura expressão de sonhos e desejos daquele grupo.

O que pode então significar “Memórias Insurgentes”? Trata-se da constatação de que a investigação científica, através da etnografia, da antropologia dos arquivos, da crítica histórica, entre outros referenciais, recupera a densidade e a polifonia dos fatos, trazendo a tona ações, personagens, impactos e utopias que foram totalmente esquecidas ou relegadas à galeria do exotismo e dos fatos menores da história. Assim, a revista Memórias Insurgentes pretende ser um canal para uma melhor compreensão dos povos indígenas, de suas perspectivas do hoje, do passado e do futuro. Ao invés de fixar-se em representações cristalizadas, à cata de essências e automatismos, os trabalhos aqui publicados dialogam e interagem com os processos de expansão do poder colonial e de formação nacional.

Desse modo, este trabalho busca estimular um olhar duplamente novo. Por um lado, ao colocar as interconexões e ressignificações como dimensão analítica crucial, abre caminhos para uma compreensão com profundidade histórica dos aspectos dinâmicos, criativos e

imponderáveis da condição indígena, frequentemente olvidados nos estudos inspirados em referências puramente metropolitanas. Por outro, desvela as articulações entre o local, o nacional e o global a partir dos interesses e perspectivas das populações autóctones, um pólo dominado e esquecido. Ao darmos centralidade às narrativas e identidades indígenas, colocamos de cabeça para baixo as autorrepresentações de uma elite colonial e oportunizamos o surgimento de novas interpretações da história, das políticas e da sociedade brasileiras.

Surgida no âmbito de uma antropologia feita no Brasil e comprometida com os povos indígenas, mantendo um intenso diálogo com as pesquisas atuais em história indígena, a revista chega ao seu terceiro número justamente no contexto da VII Reunião da Associação Latino-americana de Antropologia (ALA), realizada em Rosário, Argentina, em março de 2024. O momento será muito oportuno para ampliar horizontes de abrangência e reflexão, recuperando com propriedade a inspiração na tradição latino-americana anticolonial e libertária. Esperamos que possa apontar uma nova fase da revista, com a abertura de um diálogo sistemático com estudos de trajetórias de indígenas fora dos limites do Brasil.

O exercício da pesquisa científica não poderia ser realizado plenamente sem um horizonte político que lhe dá sentido. É o caso das mobilizações indígenas nacionais e globais pelo reconhecimento de direitos territoriais, civis (coletivos e individuais), culturais e epistêmicos. O esforço analítico se articula com o explícito ou tácito comprometimento com tais lutas, nas quais as autoras e os autores destes textos foram testemunhas e participantes. Ao trazer ao primeiro plano de atenção os personagens indígenas, a revista *Memórias Insurgentes*, assim como o projeto “Os Brasis e suas memórias”, que a antecedeu, estão objetivando criar fontes históricas de outra natureza, isto é, revelar vozes, interesses, estratégias e utopias que foram silenciadas pela história oficial ou pelas imagens canônicas da alteridade produzidas pelos colonizadores.

Tal como em números anteriores, os artigos se distribuem segundo quatro regimes de memória e formas de alteridade (Pacheco de Oliveira, 2016): a) o colonial, em que o autóctone é visto somente como um potencial inimigo ou aliado do colonizador; b) o indianista, denominado nação, em que o autóctone é um antepassado, louvado como um dos pilares da formação nacional porque supostamente já está morto; c) o tutelar, em que os autóctones são vistos como cidadãos incompletos,

que exigem controle e fiscalização; e d) a experiência do protagonismo indígena, em que, ao invés de serem objetos de outrificação (Fabian, 1983) por outros agentes sociais, os indígenas experimentam forjar suas próprias identidades, autorrepresentações, projetos e estratégias.

Assim sendo, este volume se inicia com um artigo de Benedito Prezisa, sobre Sepé Tiaraju, emblemático líder guarani falecido durante as guerras entre Espanha e Portugal na disputa pelo controle das missões guaraníticas e por extensos territórios no sul da América Meridional. Nas descrições históricas, os documentos da época constroem uma memória que serve apenas ao colonizador, mas que podem ser relidas a contrapelo, permitindo reencontrar um potente símbolo das mobilizações indígenas e das lutas pela terra em geral.

A abertura do segundo regime da revista, *Nação*, se dá com o texto de Lúcio Tadeu Mota a respeito da trajetória de Fuoc-xó, mais conhecido como Victorino Condá, uma das principais lideranças históricas do povo Kaingang. Através de um minucioso trabalho de investigação histórica, o autor se centra nos vinte cinco primeiros anos do personagem, desde o seu nascimento até os anos de 1830, percurso que o consolida como uma das principais autoridades Kaingang nos Campos de Guaruva e interlocutor imprescindível para os atores das frentes de expansão. O texto seguinte, de Soraia Dornelles, também aborda o mundo Kaingang através da trajetória de outra importante liderança, o cacique Doble. A reconstrução de sua biografia nos ajuda a compreender tanto a política indigenista como a política indígena no contexto imperial.

Inaugurando o terceiro regime da revista, intitulado *Tutela*, o artigo escrito por Stephen Baines narra a história de vida de Orlando Pereira da Silva, líder Macuxi, tuxaua da aldeia Uiramutã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Vendido ainda criança a garimpeiros da região, Orlando voltou à aldeia aos quatorze anos de idade. Aos vinte e três anos, ele se tornou tuxaua, transformando-se também em uma das principais lideranças do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e da luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sul. Sua experiência interétnica, devido ao fato de ter vivido entre não indígenas, foi fundamental para a construção de uma trajetória de muita capacidade de negociação interétnica.

Em seguida, o artigo sobre o cacique Domingos Henrique, liderança da aldeia Potiguara Jacaré de São Domingos, na Paraíba, escrito por Estêvão Palitot, nos conta

do processo jurídico-administrativo de demarcação da Terra Indígena Jacaré de São Domingos. A partir desse caso específico, Palitot desvela uma rede intrincada de personagens históricos e eventos ocorridos entre 1984 e 1993 responsáveis por um processo social que alterou completamente a organização sociopolítica da aldeia, bem como reorientou os alinhamentos étnicos, promoveu um novo conjunto de práticas e símbolos, consagrou uma nova liderança e vinculou definitivamente o contexto de Jacaré ao das demais aldeias Potiguara.

Na sequência, o texto de Alexandre Capatto traz narrativas sobre a vida do senhor Manoel Santana, liderança Pataxó reiteradamente lembrada pelo seu povo por sua sagacidade na luta pela Terra Indígena Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal. O minucioso trabalho de Capatto é fruto de uma pesquisa etnográfica comprometida sobre a história da Educação Escolar Indígena na aldeia de Boca da Mata. Para tanto, o autor fez uso de trabalhos de um de seus maiores interlocutores, José Raimundo Santana, seu Patxyó, filho de Manoel Santana. Para Capatto, a experiência de Manoel Santana extrapola sua vida pessoal e nos fala de projetos comunitários mais amplos, em torno da cultura, do território e da sustentabilidade econômica e ambiental.

Ainda no contexto do sul da Bahia, encerrando o regime 3, o texto de Jurema Machado retrata a profunda luta dos Pataxó Hã-hã-hãe pela terra através da trajetória de Samado, cuja imagem ilustra a capa do presente volume da revista. Em seu texto, a autora, através de várias entrevistas possibilitadas por longa e robusta pesquisa etnográfica, nos mostra como, para Samado, sua luta antecede à sua própria existência, pois seus antepassados já lutavam pela terra antes mesmo desse importante personagem ter nascido.

Em janeiro de 2024, Nega Pataxó, outra emblemática liderança do povo Pataxó Hã-hã-hãe, foi assassinada em uma retomada no sul da Bahia por um grupo paramilitar organizado e financiado por ruralistas. Assim como Samado acreditava sobre seus antepassados, também Nega Pataxó será lembrada por seus descendentes, constituindo-se símbolo de futuras lutas de futuras gerações.

Abrindo o quarto regime, *Protagonismo*, o texto escrito por Ana Flávia Santos e Amanda Jardim revisita a trajetória de Jerônimo, líder Xacriabá do Terreno dos Caboclos, durante a primeira metade do século XX. Neste texto, as autoras abordam o trabalho de enquadramento das memórias a partir das transformações históricas e das situações etnográficas em que as narrativas

foram produzidas. O resultado é um texto instigante, que reflete sobre os diferentes e imbricados processos de territorialização. Além disso, lança luz sobre o próprio fazer antropológico e a necessária reflexão crítica sobre a posicionalidade do autor, seu papel de produção de dados históricos e sua responsabilidade ética e política.

Recuperando o contexto da Covid-19, o texto de Larissa Cykman de Paula, “Elementos da trajetória de Nelson Mutzie como liderança pertencente ao povo Rikbaktsa”, traz elementos da trajetória dessa reconhecida liderança do povo Rikbaktsa, que faleceu em decorrência do coronavírus, doença contra a qual lutava na linha de frente da saúde indígena. Em seguida, temos o texto de Regilene Alves Vieira e Mona Lisa da Silva sobre a Cacique Pequena, do povo Jenipapo-Kanindé. Cacique Pequena, primeira cacique mulher do Ceará, atua na luta indígena desde fins da década de 80. O artigo aborda a sua importância para o fortalecimento étnico na região, bem como as estratégias de luta pelo território e de enfrentamento às violências experienciadas durante sua trajetória.

Por fim, o artigo de Louise Caroline Gomes Branco, intitulado “O gênero na construção do Estado-nação: uma análise das narrativas nas marchas das mulheres indígenas entre 2019 e 2021”, lança luz sobre dois aspectos fundamentais do mundo contemporâneo: a mobilização política das mulheres indígenas e o lugar do gênero na formação nacional. A partir de um vasto material documental, a autora se debruça, para além da biografia pessoal, sobre um evento político na busca por demonstrar a vitalidade e os alcances mais amplos que o método biográfico pode vir a alcançar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

FABIAN, J. *Time and the Other How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press, 2014 [1983].

PACHECO DE OLIVEIRA, J. *O nascimento do Brasil e outros ensaios. “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.